

EXPOMINAS



**II Conferência de
Controle Externo do Tribunal de
Contas do Estado de Minas Gerais**
1º Fórum de Governança TCEMG/TCU

Conferência bate recorde de participantes

Minas Transparente
ajuda os municípios

Sebastião Helvecio
toma posse no IRB



Agora você também pode acompanhar mensalmente as informações do seu município.



Implantado em 2012 pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gérias, o Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM - é uma ferramenta tecnológica, que visa receber dos municípios mineiros as informações necessárias para a fiscalização financeira e orçamentária.

O objetivo principal do sistema SICOM é fortalecer o controle externo prévio e concomitante da execução financeira e orçamentária dos municípios, subsidiando o planejamento das ações de fiscalização.

Acompanhe pela internet as informações que os municípios enviam ao TCEMG: www.tce.mg.gov.br

Editorial

Ênfase na orientação técnica

Objetivos alcançados. Esse foi o sentimento da Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Adriene Andrade, e da equipe que realizou a II Conferência de Controle Externo do TCEMG nos dias 20 a 22 de março, no Expominas, em Belo Horizonte. Paralelamente foi realizado o 1º Fórum de Governança “Diálogo Público para a melhoria da Governança Pública”.

Os números comprovam: participaram 4.500 servidores e gestores públicos, representando mais de 800 municípios mineiros. O 1º Fórum recebeu aproximadamente 600 participantes.

O êxito confirmou o acerto do modelo escolhido pela atual gestão para cumprir uma das pontas da dualidade fiscalização-orientação: um grande evento com inscrição aberta para todos os setores que, por força da letra constitucional, prestam contas à Corte específica, que é o TCEMG.

Além de grande, foi um evento de conteúdo programático com o objetivo claro de apresentar o formato de atuação do TCE para os administradores públicos, esclarecer dúvidas, informar as novidades e acrescentar conhecimentos.

Para a consecução dos objetivos, o evento contou com palestras altamente informativas de autoridades experimentadas como o então governador de Minas Gerais, Antônio Augusto Junho Anastasia, um respeitado professor de Direito, e do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes.

Para atuar nas oficinas temáticas, a equipe organizadora escolheu técnicos do próprio quadro funcional do TCE, profissionais responsáveis pelo trabalho direto de fiscalização, conhecedores das técnicas e dos novos sistemas informatizados. Especialistas que sabem quais são as questões que mais originam demandas dos órgãos jurisdicionados.

Tanto a Presidente quanto outros representantes do TCE aproveitaram a oportunidade para divulgar uma recente e importante realização: a criação de um portal na internet destinado a ajudar os municípios a cumprir a Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, que determina a divulgação virtual de dados financeiros locais.

Alimentado com dados que os próprios municípios enviam ao TCE, por meio do sistema Sicom, o Portal tem especial importância para as cidades menores, pois evita um gasto adicional no cumprimento da nova obrigação legal, verba que pode ser remanejada, dentro do orçamento, para outras áreas indispensáveis à sociedade local.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Presidente

Conselheira Adriene Barbosa de Faria Andrade

Vice-Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Corregedor

Conselheiro Cláudio Couto Terrão

Conselheiros

Wanderley Geraldo de Ávila
Mauri José Torres Duarte (Ouvidor)
José Alves Viana
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

Conselheiros Substitutos

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
Hamilton Antônio Coelho

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador-Geral

Glaydson Santo Soprani Massaria

Subprocurador -Geral

Daniel de Carvalho Guimarães

Procuradores

Maria Cecília Mendes Borges
Marcílio Barenco Correa de Mello
Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
Elke Andrade Soares de Moura Silva
Cristina Andrade Melo

Chefe de Gabinete da Presidência

Bernadete Carvalho Soares de Aguiar

Secretária Executiva

Júnia Bretas Leôncio Gonçalves

Expediente



Diretoria de Comunicação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Lúcio Braga Guimarães
Jorn. Mtb n. 3422 - DRT/MG

Editor Responsável

Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Redação

Márcio de Ávila Rodrigues
Raquel Campolina Moraes
João Manoel Cerqueira
Thiago Rios Gomes
Karina Camargos Coutinho
Luiz Gustavo Ribeiro da Silva

Revisão

Dionne Emília Simões do Lago Gonçalves

Projeto Gráfico

Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira
MG-00185 DG - DRT/MG

Fotos

Arquivo TCEMG

Impressão

EGL Editores

Tiragem

4.000 exemplares

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabáglia, 1.315 - CEP: 30380-435
Luxemburgo - Belo Horizonte/MG
Fones: (31) 3348-2147 / 3348-2177 - Fax: (31) 3348-2253
e-mail: TCEMG@tce.mg.gov.br - Site: www.tce.mg.gov.br

Índice

- 6 *Entrevista*
- 8 *II Conferência começa com participação recorde de municípios*
- 10 *Iº Fórum de Governança reúne gestores no Expominas*
- 11 *TCE e MPMG lançam Portal Minas Transparente*
- 12 *Palestras sobre riscos e controles abriram segundo dia do Fórum de Governança*
- 14 *Fórum debate Governança de TI e de Gestão de Pessoas*
- 15 *Conselheiros repassam conhecimento em oficinas*
- 15 *Lotação esgotada nas oficinas temáticas da II Conferência*
- 16 *Transporte sem tarifas foi tema do Ponto de Expressão*
- 17 *Desembargador Elpidio Donizetti abre curso de aperfeiçoamento em Direito Processual*
- 17 *Rede de Comunicação estuda campanha nacional*
- 18 *Tribunal responde consulta de prefeito sobre comissariado de menores*
- 19 *Prestações de contas de 97% dos municípios são entregues no prazo*
- 20 *Panorama: decisões das câmaras*
- 22 *TCEMG recebe Balanço Geral do Estado*
- 22 *Técnicos aperfeiçoam trabalho de monitorar obras públicas por coordenadas geográficas*
- 23 *TCEMG assina termo de cooperação em Brasília*
- 23 *Presidente do TCE e Ministro do Trabalho firmam acordo de cooperação*
- 24 **Extrapauta:**
 - TCE-PR visita TCEMG para conhecer sistema de PPPs
 - Artigo de procuradora integra obra sobre contratos administrativos
 - Novo Presidente do IRB
- 26 *Tribunal repassa conhecimento sobre depreciação e reavaliação de bens patrimoniais*
- 26 *Servidores do TCE conhecem sistema de custos ABC do Banco Central*
- 26 *Conselheiro Substituto Hamilton Coelho recebe medalha*

Entrevista

De olho no dinheiro que vem de fora

Frequentemente, os governos vão buscar recursos financeiros fora do país para pagar a execução de projetos públicos. Por isso, o Tribunal de Contas do Estado dispõe de uma equipe especializada para analisar essas operações, que possuem diferenças dos processos habitualmente tramitados. À frente da equipe, conhecida pelo apelido de Cofinanciados, está o Coordenador de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais (CFPFOI), Paulo Vicente Guimarães Silva, o entrevistado desta edição de **Contas de Minas**.

Revista Contas de Minas - Qual o papel da CFPFOI?

Paulo Vicente - A coordenadoria faz a auditoria dos empréstimos internacionais. Na prática, são dois papéis: o de auditor independente, atendendo a uma demanda do Estado de Minas Gerais, e o de Controle Externo, função típica do Tribunal de Contas. Então, já existe um pedido de alteração do nosso Regimento Interno, para que seja reconhecido esse viés de auditor independente, que não se distancia em nada do Controle Externo.

RCM - Quais as diferenças entre as duas formas de atuação?

PV - É basicamente a mesma coisa, mas, às vezes, algumas coisas que são interessantes para os organismos multilaterais, que são os bancos de fomento, não são interessantes para o Controle Externo. E outras questões, que são interessantes para o Controle Externo, não são interessantes para os bancos, como, por exemplo, o que diz respeito ao Controle Interno, situação em que o TCE atua junto ao Estado para que haja uma correção. O Tribunal verifica a conformidade e o desempenho, além de outras coisas, e pode cobrar do Estado e estabelecer prazos para que cumpra essas metas. Os bancos também querem a correção dessas ações, mas não podem ferir a discricionariedade do Estado.

RCM - Os municípios também tomam esses empréstimos?

PV - Até então fazemos auditorias somente no Estado, porque fomos requisitados como auditores dele. Mas a gente pode atuar também nos municípios. Como a Prefeitura de Belo Horizonte tem empréstimos internacionais, nós já solicitamos à Presidência a atuação como auditores independentes. No município de Uberaba, que também fez um empréstimo, mas já concluiu o processo, há a possibilidade de atuar como Controle Externo. Em Betim também atuaremos.

“ Os bancos exigem que haja um auditor independente e nós, como órgãos de fiscalização, somos também independentes do Estado e dos municípios. ”

Paulo Vicente

“ Nós não podemos ficar apartados do mundo. ”

Paulo Vicente



RCM - Quais as vantagens de ser auditor independente?

PV - Atuando como auditor independente, estamos economizando para o Estado ou para o município, porque o Tribunal pode fazer isso ao mesmo tempo em que faz sua própria função. Os bancos exigem que haja um auditor independente e nós, como órgãos de fiscalização, somos também independentes do Estado e dos municípios. Por isso esse nome de auditor independente. Quer dizer: a independência em relação ao auditado.

RCM - Quais são os principais organismos e projetos financiados?

PV - Os organismos são o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Primeiro, a gente auditou um projeto – o Segundo Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais - na modalidade *swap*, no valor de US\$ 1,4 bilhão, no qual o Estado primeiro gasta e depois solicita o reembolso daquele dinheiro, e o banco restitui a ele na proporção de 35 a 45% daquele valor que foi gasto. Então ele tem que apresentar as despesas dentro de um plano de aquisições que foi feito.

RCM - Vocês já eram auditores independentes neste projeto?

PV - Sim. O então Conselheiro Antônio Carlos Andrada solicitou, em 2009, ao Tribunal Pleno que atuássemos nesse sentido. O pedido foi acatado e criada, em consequência, a comissão que daria origem à atual CFPFOI.

RCM - E quais projetos vieram depois disso?

PV - A Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) pediu para analisarmos um empréstimo que tinha feito no BID, de 40 milhões de dólares. Enquanto ainda estávamos fazendo esse trabalho, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplog) nos chamou para auditar um contrato com o BID de 80 milhões de dólares, na área de infraestrutura rodoviária, dentro dos programas Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios (Processo) e Programa de Recuperação e Ma-

nutenção Rodoviária de Minas Gerais (PROMG). O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) já tinha outro empréstimo com o BID, mais específico, para o Processo e, no segundo desembolso desse empréstimo, nos chamou para fazer a auditoria, porque eles descredenciaram a entidade que fazia a auditoria independente.

RCM - As normas mudam em processos internacionais?

PV - O Manual de Auditoria do Tribunal (aprovado pela Resolução 02/2013) teve que se adaptar, recentemente, às normas internacionais de auditoria, junto com todos os tribunais de contas do Brasil e com a contabilidade pública, que também mudou para o padrão internacional. Nós já entramos nesse processo, desde 2009, com a consciência de que o que nos resguarda de qualquer questionamento externo é estarmos dentro das normas de auditoria. Estamos numa busca incessante para adaptar o nosso modo de auditoria ao modo das normas internacionais. A gente usa as normas da Intosai (*The International Organisation of Supreme Audit Institutions*, ou Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores), chamadas de ISSAIs (*International Standards of Supreme Audit Institutions*). Usamos também as Normas de Auditoria Governamental (NAGs), referendadas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon - e pelo Instituto Rui Barbosa -IRB, normas brasileiras que buscam se adaptar às internacionais.

RCM - Qual a importância desse movimento de internacionalização?

PV - Nós não podemos ficar apartados do mundo. O Tribunal de Contas tem que estar vinculado com as ações dos outros tribunais, do Tribunal de Contas da União (TCU) e com a situação mundial. A gente tem que estar dentro disso aí porque a economia está fazendo isso. Ela está se globalizando e todo mundo trabalhando do mesmo jeito. Eu acho que é o desejo da Casa (o TCE) e do IRB. A gente se coloca nesse cenário internacional e colabora de todas as formas para que nosso Tribunal tenha essa visibilidade diferenciada.

II Conferência marca a participação recorde de municípios

Cerca de 4.500 servidores e gestores públicos, representando mais de 800 municípios mineiros, acompanharam atentamente, na manhã do dia 20 de março, a abertura da II Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), evento de capacitação realizado no Expominas, em Belo Horizonte, simultaneamente ao 1º Fórum de Governança do TCEMG e do Tribunal de Contas da União (TCU). Tamanha aglutinação levou o então Governador do Estado, Antonio Augusto Junho Anastasia, e o Presidente do TCU, Augusto Nardes, a elogiarem – durante seus pronunciamentos – a capacidade de liderança da Corte Estadual de Contas, na pessoa de sua Presidente, a Conselheira Adriene Andrade. “Fiquei impressionado com a capacidade da Conselheira em mobilizar uma plateia tão qualificada”, disse o Governador. “O forte espírito de patriotismo e cidadania de Minas Gerais ficou demonstrado na presença dessas mais de 4 mil pessoas, reunidas pela Adriene Andrade”, disse o Ministro Presidente do TCU.

Durante a sua fala inaugural, a Presidente do TCEMG afirmou que as grandes transformações dos últimos tempos exigiram uma nova organização social, com consequentes adaptações no serviço público e nos mecanismos de controle. “A sociedade quer um mercado atuante, mas ao mesmo tempo

exige justiça social. As pessoas informadas deixam de ser apenas indivíduos para serem cidadãos. Hoje, os governos são obrigados a reconhecê-las como ponto central”, admitiu.

A Conselheira Adriene Andrade foi aplaudida quando questionou a eficiência dos critérios legais, meramente quantitativos, de investimento público em áreas sociais, como Educação e Saúde; e perguntou ao público se o Congresso Nacional estaria atento à necessidade de ir além, abraçando a qualidade desses aportes. “Enquanto esses temas ainda são discutidos, nós vamos fazer a nossa parte. Vamos capacitar as pessoas, porque somos parceiros das boas práticas e não apenas fiscalizadores”, reafirmou.

Coerentemente, ao desenvolver o tema dos controles interno e externo, a Presidente defendeu a atuação prioritária nas causas e nos aspectos qualitativos, em detrimento das consequências e formalidades numéricas.

A ocasião foi aproveitada pela oradora anfitriã para alertar o público da necessidade de alteração no pacto federativo. Ela reconheceu a dificuldade dos estados e municípios na gestão da “falta de recursos”, que seria provocada por uma inversão de conceito que concentra arrecadação nos cofres da união, enquanto o cidadão demanda suas principais necessidades ao município.

FOTOS: GALTER NAVES



A Presidente do TCEMG, Adriene Andrade, e o Presidente do TCU, Augusto Nardes, anfitriões do evento, agradeceram a participação recorde dos 4,5 mil inscritos



Mesa de honra da II Conferência de Controle Externo do TCEMG e do 1º Fórum de Governança, em parceria com o TCU

TCU

O Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, começou sua fala de abertura lembrando dados como o gasto com pagamento de dívidas do Brasil, que gira em torno de 60% do Produto Interno Bruto, e o total do investimento no setor produtivo, quase três vezes menor que a despesa com programas sociais. “Ainda não estamos endividados como a Europa quando entrou na crise, mas numa zona intermediária que inspira alertas. O gasto social deve chegar a 30% do PIB em 2030. Ou seja, se nada for feito, seremos um estado social, mas a parcela ativa do país não será capaz de pagar todo esse custo”, raciocinou.

Nardes fez uma explanação sobre a importância da governança pública. Ele explicou que a governança vai além da simples gestão, construindo indicadores capazes de orientar o gestor sobre a situação atual da administração, facilitando, assim, a tomada de decisões. “Apenas 5% dos órgãos da União têm indicadores atualizados de Governança de Tecnologia da Informação. Mesmo assim, usando esses dados, conseguimos descobrir o pagamento irregular de 500 mil aposentadorias em

nome de pessoas mortas e de 300 mil benefícios do bolsa família para quem não precisava”, exemplificou.

Presenças

Também compuseram a mesa de honra, durante a abertura dos eventos, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Piniheiro; a Ministra do TCU, Ana Arraes; o Ministro-Substituto do TCU, Marcos Bemquerer; o Procurador-Geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt; a Defensora Pública-Geral, Andréa Abritta Garzon Tonet; o Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Marinus Marsico; o Procurador-Geral do Ministério Público junto do TCEMG, Glaydson Santo Soprani Massaria; o Auditor-Geral do Município de Belo Horizonte, Milton de Souza Júnior; o Tenente-Coronel Vieira, do Exército Brasileiro; o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Conselheiro do TCE-PE Valdecir Fernandes Pascoal; o Presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Conselheiro do TCEMG Sebastião Helvecio; o Presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Antônio Carlos Andrada; e o Presidente da Associação de Servidores do TCEMG, Jairo Chagas.

Aula Magna

O Governador Antonio Anastasia proferiu a Aula Magna para os participantes dos dois eventos. Ele aprofundou no tema que dá nome ao Fórum do TCE e TCU: a governança. Segundo Anastasia, o assunto é fundamental para colocar o Brasil em uma trilha de desenvolvimento a partir da melhoria das políticas públicas. O chefe do Poder Executivo enumerou três pilares para o problema brasileiro ser enfrentado: gente, meios e processos.

Durante seu discurso, o governador insistiu na necessidade de gerar confiança para então simplificar e descentralizar a administração pública. “A maior parte dos nossos gestores públicos é honesta e trabalhadora, entretanto não compreende a grande complexidade dos processos. A nossa cultura impõe amarras que até o governador tem dificuldade de desbaratar o cipó de normas feito com o tempo”, reconheceu.

Para Anastasia, o Brasil deve abandonar a crença de que organizações grandes em tamanho são importantes para a vida pública. Ele apontou os Estados Unidos, “nação líder em todas as áreas”, como modelo de organizações enxutas e simples, harmônicas entre si, no que chamou de “verdadeira federação”.

O professor não deixou de meditar sobre o papel dos órgãos de controle. “Esqueçamos as punições e vamos partir para a confiança, só não erra quem não faz. Os tribunais de contas precisam ser mais rápidos, para que suas decisões orientem os governantes”, ensinou.

O então Governador Antonio Anastasia defendeu, em sua Aula Magna, a descentralização da administração pública





O Vice-Presidente do TCEMG e Presidente do IRB, Sebastião Helvecio; o Ministro-Substituto do TCU, Marcos Benquerer; a Presidente do TCEMG, Adriene Andrade; o Presidente do TCU, Augusto Nardes, e a Ministra do TCU, Ana Arraes, dirigiram os trabalhos no 1º Fórum de Governança

1º Fórum de Governança reúne gestores no Expominas

Foi aberto no dia 20/3 o 1º Fórum de Governança “Diálogo público para a melhoria da governança pública”, no Expominas, durante a II Conferência de Controle Externo do Estado de Minas Gerais. Cerca de 600 gestores municipais e do Estado participaram do evento, realizado em parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União. O encontro teve como objetivo capacitar gestores públicos de todo o Estado dentro dos desafios e oportunidades relacionados ao tema do evento.

O Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, abriu o encontro ressaltando a necessidade da inovação e tecnologia nas instituições públicas. “O mundo mudou. Hoje a população faz o controle direto através das redes sociais, que virou um grande instrumento de mobilização social. Se não avançarmos e evoluirmos, as nossas instituições ficarão deslocadas”, ponderou. Para ele, o TCE e o TCU devem atuar de forma preventiva, incorporando a tecnologia do Tribunal de Contas da União em todo o Estado. “O desafio é dar dignidade e respeito ao cidadão na prestação do serviço público”, concluiu.

A Ministra do Tribunal de Contas da União, Ana Arraes, falou sobre os desafios e oportunidades da gestão pública. O Conselheiro Vice-Presidente do TCEMG e Presidente do Instituto Rui Barbosa – IRB, Sebastião Helvecio, falou sobre a inovação e compromisso com as novas iniciativas, que, segundo o Conselheiro, “são bandeiras fundamentais do IRB junto aos tribunais de contas”.

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig, Mario Neto Borges, fez uma apresentação aos participantes sobre ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do país. “Somos muito bons em empregar os recursos financeiros da Fapemig em pesquisa e transformar em conhecimento. Mas precisamos melhorar o processo de transformação desse conhecimento em produtos e soluções e, portanto, em riqueza”, ressaltou.

O Diretor Geral da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM), Tadeu Carneiro, explicou sobre a importância da parceria entre a companhia e o Estado de Minas Gerais. “Não sai um grama de minério de Araxá; o que sai é produto de valor agregado. Transformamos um recurso natural, que é o minério, em valor agregado para o Estado”, afirmou. Ele também falou sobre as técnicas utilizadas pela CBMM, que envolvem tecnologias e inovação. “O minério não adianta nada, o que adianta é a tecnologia. Não se come minério”, frisou. O diretor também informou que a CBMM destina 3% de sua receita para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Termo de Cooperação Técnica - Cemig e TCEMG

O evento foi marcado também pela assinatura do termo de cooperação técnica entre o TCEMG e a Companhia Energética do Estado de Minas Gerais – Cemig. O acordo tem como objetivo propor soluções para a operacionalização da transferência dos ativos de iluminação pública para os municípios.

A Presidente do Tribunal de Contas, Adriene Andrade, falou sobre a importância da assinatura do termo. “Este convênio é uma inovação. A Cemig tem sido uma grande parceira e esta iniciativa em celebrar este convênio mostra a preocupação dela em propor soluções com os nossos prefeitos”, afirmou.

De acordo com a Diretora Jurídica da Cemig, Maria Celeste Morais Guimarães, até 31 de dezembro de 2014, deverá ser concluída a transferência dos ativos de iluminação pública das distribuidoras para os municípios.

Segundo a Cemig, atualmente 774 municípios mineiros fazem parte da sua área de concessão, totalizando quase 2 milhões de pontos de iluminação pública e 8 milhões de clientes. Itaúna, Betim, Montes Claros, Nova Lima e Nanuque já estão com os ativos de iluminação pública sob sua responsabilidade.

TCE e MPMG lançam Portal Minas Transparente

O Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e o Ministério Público do Estado (MPMG) formalizaram, no dia 20 de março, parceria para manterem o Portal Minas Transparente. Durante a abertura da II Conferência de Controle Externo - realizada no Expominas, em Belo Horizonte - a Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, e o Procurador-Geral de Justiça, Carlos André Mariani Bittencourt, bem como o Promotor de Justiça Leonardo Duque Barbabela assinaram um termo de cooperação em que se comprometem com o novo serviço. O site já pode ser acessado pelo Portal do TCEMG.

O objetivo é ajudar os municípios mineiros a cumprirem as exigências da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). O Portal Minas Transparente reproduzirá informações oficiais de todos os municípios de Minas Gerais, com base nas declarações transmitidas, periodicamente, pelo Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom) do TCEMG. “Lançamos o Portal Minas Transparente porque estamos preocupados com as dificuldades técnicas e financeiras dos municípios, que impediam o cumprimento das leis”, justificou a Conselheira em seu discurso que inaugurou a Conferência.

O Tribunal do Estado também assinou, na abertura do evento, um termo de cooperação com o Tribunal de Contas da União (TCU) para realizarem ações conjuntas de fiscalização e intercâmbio de experiências e tecnologias.

Viabilidade

De acordo com a Presidente da Corte de Contas, Conselheira Adriene Andrade, “além de poupar dinheiro público que seria gasto pelos municípios para o desenvolvimento de softwares, o Minas Transparente colocará na legalidade centenas de entes federativos que ainda não conseguiram publicar seus dados”. Adriene Andrade considera o lançamento do portal um reforço à busca do Tribunal pela transparência pública nos municípios e no Estado, aliada ao papel do controle e da cidadania.

A Diretora de Tecnologia da Informação do TCEMG, Cristiana Siqueira Veloso de Andrade, explicou que a iniciativa tem o objetivo de gerar facilidade para os municípios, já que o Tribunal fará todo o trabalho de publicação da informação sem custo. O Diretor

GUALTER NAVES



A Presidente Adriene Andrade e o Procurador-Geral do MPMG, Carlos André Bittencourt, e o Promotor Leonardo Barbabela assinaram o Termo

de Controle Externo dos Municípios, Gustavo Vidigal Costa, comentou que o Minas Transparente será relevante também para a fiscalização, estimulando o envio de dados pelos municípios preocupados em estarem em dia com a legislação.

A Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009, alterou a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à transparência da gestão fiscal. Ela determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Já a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, cria o dever dos órgãos e entidades do Poder Público de assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação. Seu texto prevê, para isso, a utilização “de todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem”, e obrigatoriamente “os sítios oficiais da rede mundial de computadores”.

Em maio do ano passado, quando acabou o prazo dado pela Lei da Transparência para os municípios de até 50 mil habitantes publicarem suas informações na internet, o Governo do Estado publicou o Decreto 46.243 que instituiu o Programa de Apoio à Transparência dos Municípios Mineiros – Programa Minas Aberta “para apoiar os municípios mineiros a se adequarem às disposições da Lei Federal nº 12.527”. Alguns dias depois, o Executivo, representado pela Controladoria-Geral do Estado, assinou um Acordo de Cooperação Técnica com o MPMG, tendo por objetivo incentivar e orientar os municípios a divulgar os dados exigidos legalmente. Com o novo acordo, hoje assinado, os municípios têm um portal exclusivo, desenvolvido pelo Tribunal de Contas, para cumprir a legislação.

No Portal Minas Transparente, o usuário da internet encontra dados dos 853 municípios mineiros em um só lugar. Após a escolha do local, uma tela inicial exhibe dados básicos do município, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informações sobre educação, saúde e transporte, declaradas ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom) do TCEMG, que também podem ser apreciadas de forma gráfica.

O site foi desenvolvido para oferecer ao cidadão vários relatórios, englobando temas como Instrumentos de Planejamento, Processos de Aquisição, Execução Orçamentária, Controles e Demonstrativos. Cada relatório poderá ser “filtrado” pelo usuário para visualização de dados segundo a necessidade do usuário. Há também opção para gravar em arquivo nos formatos PDF ou Excel.

Entretanto, talvez o recurso mais útil do portal seja a busca por assunto. Com ele, o cidadão usará uma palavra ou expressão do seu interesse e o sistema responderá com todos os relatórios, de todos os municípios, em que constem a expressão de busca.

Palestras sobre riscos e controles abriram segundo dia do Fórum de Governança

O Primeiro Fórum de Governança, realizado pelo TCEMG em parceria com o Programa Diálogos Públicos do Tribunal de Contas da União – TCU, e destinado a capacitar gestores públicos de todo o Estado dentro dos desafios e oportunidades relacionados ao tema do evento, teve prosseguimento na manhã do dia 21 de março, no Expominas. Questões como a gestão de risco nos controles internos, licitações e contratos, convênios e repasses de recursos foram expostas aos participantes em quatro destacadas palestras.

“Para gerenciar riscos, é necessário e fundamental implantar controles internos”, enfatizou o Auditor do TCU, Luiz Geraldo Santos Wolmer, em sua palestra intitulada “Controles internos: gestão de riscos” observando como esses controles são importantes para se alcançar o “alvo” pretendido com menores riscos e assegurar que os objetivos da organização sejam atingidos. Luiz Geraldo também lembrou que a implantação dos controles internos é de responsabilidade dos gestores e não dos órgãos de controle, que apenas têm a incumbência de avaliar a consistência, a qualidade e a suficiência desses mecanismos.

O palestrante ressaltou que “a atuação *a posteriori*, em atividades típicas de correção, pouco agrega valor”, ao exemplificar algumas das constatações que levaram o TCU a intensificar o foco sobre a gestão de riscos e os controles internos. Ou seja, “deslocar o foco tradicional de controle dos aspectos formais e legais para uma atuação preventiva e proativa da gestão”. Como importantes fontes de consulta para os participantes, Wolmer citou a Instrução Normativa 63/2010, editada pelo TCU, e que explicita a definição de controle interno e a cartilha publicada

pelo TCEMG, disponível no site www.tce.mg.gov.br, que traz vários detalhes sobre o tema.

Como implantar os controles internos, seguindo oito passos, desde a criação do ambiente – que revela a filosofia de gestão e o estilo gerencial apropriados –, a definição de objetivos com o incentivo ao planejamento em todos os níveis hierárquicos, até o monitoramento final foram alguns dos aspectos abordados pelo palestrante. Os participantes também puderam conhecer a matriz de impacto e probabilidade e referências para facilitar a identificação de riscos.

Riscos e Controles em Licitações, Contratos e Convênios

A importância de uma atuação preventiva também foi destacada pelo Diretor da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU, Alexandre Barreto de Souza, na palestra “Licitações e contratos – riscos e controles”. Segundo o palestrante, o maior número de casos relacionados a esses temas que chegam ao TCU são muito mais decorrentes de falta de planejamento e controles internos adequados do que propriamente de fraudes ou má-fé. “A identificação de riscos e a implantação de controles internos específicos são as melhores formas de se evitar problemas futuros”, acrescentam. Também detalhou sobre cuidados, alertas e questões relacionadas a licitações e fez várias recomendações de fontes úteis aos participantes como o Acórdão do TCU 1214/2013, que trata de restituições possíveis e aceitáveis para a contratação de serviços terceirizados.

Já o Secretário-Geral Adjunto da Presidência do TCU,

FOTOS: GUALTER NAVES



O Diretor da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU, Alexandre Barreto de Souza, na palestra “Licitações e contratos – riscos e controles”



O Gerente Executivo de Governo da CEF, Heberth Percope Seabra, explicou o funcionamento do Siconv

Remilson Soares Candeia, abordou o tema “Convênios: riscos e controles”, em sua palestra. Entre os temas relevantes na gestão de recursos recebidos por meio de convênios, foram detalhados problemas como, por exemplo, o desvio de finalidades, a inexistência de uma obrigatoriedade que é o nexo entre receita e despesa, gerenciamento dos recursos fora da conta específica e despesas anteriores à celebração do convênio.

Convênios e repasses

A última palestra da manhã foi do Gerente Executivo de Governo da Caixa Econômica Federal (sede Gigov – BH), Heberth Percope Seabra, que falou sobre os repasses do Governo Federal englobando as questões da operacionalização dos contratos, do decreto de “restos a pagar” e das prestações de contas por meio do Siconv, sistema gerenciado pelo Ministério do Planejamento. “Por falta de capacitação, principalmente, identifica-se hoje muita dificuldade dos municípios na utilização desse sistema”, ressaltou o palestrante ao observar que “todo contrato e convênio de repasse de verba federal passam pelo Siconv, desde a apresentação da proposta do município até a prestação de contas final”. Para Heberth Seabra, eventos como o Fórum de Governança são essenciais para “auxiliar na correta aplicação dos recursos públicos e, consequentemente, gerar benefícios imediatos à população”.



O Auditor do TCU, Luiz Geraldo Santos Wolmer, falou sobre controles internos e gestão de riscos

“Caminho certo”

“A importância desse evento nos dá a segurança de estarmos no caminho certo”, destacou o Prefeito Municipal Sebastião Carlos Chaves de Medeiros, de Pedras de Maria da Cruz, cidade da região Norte de Minas, com 10.500 habitantes. “Nós, gestores municipais que participamos da programação, aproveitamos esse momento com a certeza de que poderemos ter muito mais instrumentos para acreditar nos benefícios e resultados positivos que vão acontecer em nossos municípios”, acrescentou.

Segundo o prefeito, que inscreveu mais quatro participantes da Prefeitura nas atividades de capacitação do Fórum, os

pequenos municípios geralmente enfrentam o problema da falta de mão de obra qualificada. “Por isso, a busca de conhecimentos é fundamental e eventos como a Conferência e o Fórum de Governança nos oferecem a capacitação que tanto almejamos para o desenvolvimento de nossos municípios”, salienta.

A opinião é compartilhada por Reginaldo Nascimento, Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Prados, cidade de 8.400 habitantes, do Campo das Vertentes, que exemplificou a área de convênios como uma das mais carentes de mão de obra qualificada. Reginaldo também destacou a importância da capacitação e da promoção de ações preventivas: “foi muito bom aprendermos com os temas abordados e estarmos mais esclarecidos de como podemos consultar os órgãos de controle como o TCU e o TCEMG para agir preventivamente.”



Fórum debate Governança de TI e de Gestão de Pessoas

Na tarde do dia 21, o 1º Fórum de Governança do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e da União (TCU) começou com a palestra sobre Governança de Tecnologia da Informação (TI), com o Auditor do TCU, André Luiz Furtado Pacheco. O palestrante lembrou que o setor público tem grande dependência da TI, de forma que funções vitais como arrecadação de impostos, programas sociais, previdência e Judiciário não seriam feitas se seus sistemas falhassem. “O papel da TI é fazer a merenda escolar e os outros serviços públicos funcionarem bem”, explicou.

Pacheco desenvolveu o conceito geral de governança, lembrando que historicamente esses mecanismos surgiram para resolver conflitos de interesse entre os principais de uma organização e seus agentes. “Na área pública os principais são os cidadãos, que contratam seus agentes por meio das eleições”, contextualizou. O auditor se preocupou em diferenciar a governança da gestão. “A governança controla se há o controle que deve ser exercido pelos gestores. Ela vai dar caminhos e cobrar resultados”, esclareceu.

André Luiz mostrou indicadores construídos com base em órgãos e entidades da União. Ele se mostrou preocupado com a segurança da informação. Segundo o estudo do TCU, a quantidade de órgãos que fazem a gestão de incidentes e, entre eles, de resposta à invasão de sites caiu de 24% para 16%, entre 2010 e 2012. De acordo com o mesmo documento, em 46% dessas organizações a alta administração não estabeleceu objetivos de desempenho para a gestão de TI.



Auditor do TCU, André Luiz Furtado Pacheco, defendeu que as atuais instituições são completamente dependentes da Tecnologia da Informação



O Prefeito de Botelhos, Mateus Jerônimo Guidi, elogiou a iniciativa do TCEMG e do TCU de realizar dois eventos simultâneos de capacitação

A palestra seguinte foi dada pelo Secretário de Fiscalização de Pessoal do TCU, Alessandro Giuberti Laranja. Falando sobre o tema “Levantamento de Governança e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal”, o gestor ressaltou que nesta área o objetivo da governança é cuidar de uma boa gestão de pessoas para que elas produzam resultados ao cidadão. “As pessoas são o principal ativo de uma organização e a governança é feita para alinhar pessoas e negócio”, afirmou. Outras palestras da tarde foram “Consórcios públicos: desafios e oportunidades” e “Boas práticas na aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”.

Prefeito

O público-alvo do Fórum de Governança foram os gestores públicos. O Prefeito do Município de Botelhos, no Sul de Minas, Mateus Jerônimo Guidi, foi um dos participantes. Na avaliação do chefe do governo municipal, o Fórum foi muito bom por discutir temas fundamentais para as transformações que o povo cobra do Poder Público. “A sociedade paga impostos e quer resultados. A governança é fundamental para as ações do estado coadunarem com os anseios das ruas”, elogiou Guidi.

Para o prefeito de Botelhos, o TCEMG e o TCU acertaram ao criarem eventos de capacitação simultâneos, cada um especializado em um público-alvo, abrangendo técnicos e gestores. Mateus Guidi trouxe para a Capital técnicos de seu governo que participaram das oficinas da II Conferência de Controle Externo. “Achei interessante essa ideia porque a política não pode destoar da técnica para que a gestão fique bem feita”, concluiu.

Conselheiros repassam conhecimento em oficinas

O Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, o Corregedor, Cláudio Terrão, e o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho palestraram nas oficinas da II Conferência de Controle Externo. Durante a manhã, o Conselheiro Sebastião Helvecio e o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho abordaram os temas “Judicialização da saúde” e “Compras Sustentáveis”, respectivamente. Na parte da tarde, o Conselheiro Cláudio Terrão falou sobre controle previdenciário.

Oficinas

“Tive a oportunidade de ir a duas oficinas e em posse das informações repassadas pelo TCEMG volto para minha cidade mais capacitado tecnicamente para auxiliar a administração do prefeito”, declarou o servidor da Prefeitura de Braúnas, Edmar de Andrade, que destacou ainda que “mesmo muito concorridas as oficinas somaram muito ao conhecimento”.



O Vice-Presidente Sebastião Helvecio falou sobre Judicialização da saúde e Compras Sustentáveis

A servidora da Controladoria-Geral do Estado (CGE), Lauanda Ricaldoni Lima, assistiu à oficina “Sicom – acompanhamento mensal”, uma das mais concorridas da conferência. A servidora destacou a importância do evento para que os participantes se capaci-

tem. Para ela, “os municípios têm uma deficiência na área de gestão pública e um evento deste porte é uma iniciativa muito valiosa do Tribunal de Contas”.

As oficinas sobre licitações para compras também foram muito procuradas pelo público no segundo dia da Conferência do TCE. Elas foram divididas em: “Planejamento e Fase Interna” e “Modalidades com ênfase na Lei dos Pregões”.

O tema “Geo-Obras como Sistema de Gerenciamento de Obras Públicas” despertou grande interesse do público que, ao fim da palestra, fez fila para esclarecer dúvidas com o palestrante Luiz Henrique Starling. Ele observou “o aumento do interesse dos gestores no assunto”. Segundo Starling, eles “vão sair mais orientados sobre o sistema porque tiveram uma pincelada geral sobre o seu funcionamento e viram que não é nenhum bicho de sete cabeças”.

Estande

O TCEMG manteve em funcionamento um estande para apresentação dos produtos desenvolvidos pela Corte Mineira para a fiscalização. Técnicos do Tribunal esclareceram dúvidas dos conferencistas e também fizeram palestras no miniauditório montado no local.



Conselheiro Cláudio Terrão falou sobre controle previdenciário

Lotação esgotada nas oficinas técnicas da II Conferência

Os auditórios utilizados no Expominas para a realização das oficinas técnicas que fizeram parte da II Conferência de Controle Externo tiveram lotação completa. As palestras abrangeram temas de interesse do público-alvo, composto por servidores do Estado e dos municípios, com função técnica.



Os auditórios receberam programação com nomes sugestivos ligados à cultura mineira, cada um deles destinado a palestras ligadas por um mesmo tema geral. As licitações para compras foram analisadas na programação denominada “Ouro dos silos: o milho”. André Philipe Carneiro (foto), Diretor de Logística da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, elogiou a palestra reali-

zada no primeiro dia, sob o título “Lei 123: aspectos gerais da lei”. “Foi uma boa iniciativa do Tribunal de Contas, que possibilitou um útil intercâmbio entre os órgãos. A palestra também merece elogios, pois foi bem ministrada e muito participativa com relação ao público presente”, afirmou.

Também positiva foi a manifestação de Hérica Maria Virgílio Sales de Almeida Garcia (foto), representante da Prefeitura de Pequeri (Zona da Mata) na programação denominada “Mar das Gerais”. “Consegui informações úteis para o meu trabalho, pois sou servidora e já fui secretária municipal”, explicou. “Também pretendo usar os novos conhecimentos para o meu trabalho junto a uma ONG local, onde atuo como assistente social”, completou.



Transporte sem tarifas foi tema do Ponto de Expressão



As manifestações do ano passado destacaram um tema que, até então, era tratado como mera utopia: a tarifa zero no transporte público. Na noite do dia 27 de março, o assunto foi debatido a sério por especialistas, convidados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e Ordem dos Advogados do Brasil, dentro do projeto Ponto de Expressão. A Procuradora do Ministério Público junto ao TCEMG, Elke Andrade Soares de Moura Silva, mediou o evento, que lotou o Auditório Vivaldi Moreira, em Belo Horizonte.

Daniel Marx Couto, Diretor de Transporte Público da Empresa de Transportes e Trânsito (BHTrans) da Prefeitura de Belo Horizonte, começou divulgando alguns dados do serviço na capital que – na sua visão – seriam úteis à conversa. Segundo o diretor, as empresas concessionárias têm um custo somado de R\$ 90 milhões por mês, incluindo remuneração dos profissionais, combustível, manutenção e aquisição de veículos. O valor cobrado com tarifas é capaz de pagar 97% deste custo, e o restante é pago com outras receitas como a de publicidade em ônibus, rendimento financeiro da venda antecipada do vale-transporte e créditos eletrônicos do cartão BHBUS que venceram. Cerca de 43%

da arrecadação tarifária provém do vale-transporte, que é em sua maioria subsidiado pelo empregador. “Quem vai pagar os custos do transporte?” perguntou o dirigente. “Sou a favor de políticas inclusivas para quem precisa, como já existem na capital para deficientes físicos e estudantes”, afirmou.

A Coordenadora de Fiscalização de Concessões e Parceria Público-Privadas do TCEMG, Maria Aparecida Aiko Ikemura, chamou a atenção para o princípio constitucional do equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Segundo a diretriz, a tarifa tem que ser justa para o licitante, sem onerar demasiadamente os usuários. “Não existe almoço grátis: ou os usuários pagam diretamente ou toda sociedade paga. Acredito que o controle social se manifesta muito mais pelo sistema de tarifas”, opinou a coordenadora.

Geraldo Spagno Guimarães, Assessor Jurídico da BHTrans, também buscou na Constituição elementos para clarear o debate. Spagno recordou que, antes de ser concedido qualquer subsídio, deve-se indicar a fonte de custeio; e que a Carta Magna assegura a modicidade da tarifa, mas não sua extinção. “O transporte é o único serviço público essencial para a Constituição. Nem a educação e a saúde receberam esse adjetivo. Isso, porque, sem o transporte eficiente, todos os outros serviços do Estado param”, comentou. Para o assessor, o modelo de tarifa zero só seria possível após uma profunda mudança no paradigma social, o que implicaria em “tirar do capital para colocar no social”.

O Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Dimas Gazzola, defendeu a desvinculação entre modelo tarifário e custos do sistema. “É possível ter um serviço bom ou ruim, sem que os usuários paguem na hora por ele”, exemplificou. O membro da academia reivindicou que a qualidade de vida do usuário do transporte seja o objetivo do serviço, e que essa qualidade seja medida por indicadores como o tempo de viagem e preço da tarifa. “O usuário deixa de gastar este dinheiro das passagens com outras coisas que dariam qualidade de vida. A tarifa zero é mesmo uma proposta de mudança de paradigma. Devemos pensar como pagar esse custo do transporte mantendo a justiça social”, idealizou.



O público lotou o auditório do Tribunal de Contas

Desembargador Elpídio Donizetti abre curso de aperfeiçoamento em Direito Processual

O Professor e Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Elpídio Donizetti, abriu, no dia 9/4, o curso de aperfeiçoamento “Direito Processual aplicado aos Tribunais de Contas”, realizado pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, no Auditório Vivaldi Moreira.

“Todo advogado, hoje, parte de princípios. Tudo está impregnado em princípios”. Com essas palavras, o desembargador, mestre em Direito Processual Civil, começou a sua palestra explicando que a principiologia vigora atualmente no Direito, diferente da teoria kelseniana que preconizava a Teoria Pura do Direito. “Eu só posso aplicar uma lei, se ela passar por essa peneira da principiologia. O processo, qualquer que seja ele, é regulado por estas espécies nor-

mativas”. O jurista explicou sobre a relação entre normas e leis do Direito. “Até pouco tempo, a fonte primária do Direito era a lei, hoje não é mais”.

No mesmo dia, na parte da tarde, a Assessora Técnica do Projeto Otimizar do TCEMG, Heloisa Helena Nascimento Rocha, fez palestra sobre o tema “Prescrição e decadência no âmbito dos tribunais de contas”.

O curso se estendeu até o dia 11 de abril e abordou temas como “Contagem de prazos no âmbito do Tribunal de Contas”, “Interface entre o processo administrativo e o processo civil nos tribunais de contas”, “Teoria geral da prescrição e da decadência” e “Teoria geral dos recursos” pelos palestrantes Rosa Maria Carvalho Pinho Tavares (Coordenadora da Coordenadoria de Débito e Multa (CDM) do TCEMG, Cláudio Couto Terrão (Conselheiro Corregedor do TCEMG), Marinella Machado Araújo (Doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal do Estado de Minas Gerais – UFMG) e Carlos Henrique Soares (Doutor e Mestre em Direito Processual Civil), respectivamente.



Elpídio Donizetti é Desembargador Aposentado e Professor de Direito Processual Civil

Sobre os cursos de aperfeiçoamento

Os cursos de aperfeiçoamento serão promovidos em nove disciplinas durante o ano de 2014, realizados de quarta a sexta-feira, no período diurno, com previsão de 20 horas cada. Segundo a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, estas disciplinas atendem às demandas das áreas meio e fim do Tribunal.

Rede de Comunicação propõe campanha nacional

A Rede de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil foi implantada no dia 27 de março, em reunião realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), no TC-DF, em Brasília, com a participação de representantes de 22 cortes de contas do país e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

O Diretor de Comunicação Lúcio Braga Guimarães e o Assessor de Jornalismo Luiz Cláudio Mendes representaram o TCEMG e o Instituto Rui Barbosa. Os dois jornalistas integraram a mesa de condução dos debates na parte da manhã e da tarde, respectivamente. O servidor Cristiano Alkmim França representou a Assessoria da Presidência.

No encontro, ficou decidida a elaboração de uma campanha institucional nacional para a divulgação dos resultados de trabalhos dos tribunais que resulta-

ram em benefícios para a sociedade. Temas como economia de recursos e garantia de serviços de qualidade na realização de obras públicas, na compra de merenda escolar e outras compras públicas; diminuição em tarifas de passagens; melhorias nos serviços públicos decorrentes de auditorias operacionais realizadas; ações de combate à corrupção e ao desvio de dinheiro público, dentre outros, serão objeto da campanha. Foi definida ainda a realização de duas reuniões presenciais ao ano para os membros da rede. Além disso, o uso de mídias digitais como *WhatsApp*, videoconferências e a criação de grupos nas redes sociais ajudarão na comunicação entre os integrantes.

A Rede de Comunicação é formada por responsáveis pelas áreas de comunicação das cortes de contas do Brasil e foi aprovada no Congresso dos TCs, ocorrido em Vitória, em 2013.



O Assessor da Atricon, Américo Corrêa, dirigiu os trabalhos da reunião da Rede de Comunicação

Tribunal responde consulta de prefeito sobre comissariado de menores

Em resposta à consulta apresentada pelo Prefeito Municipal de Campo Belo, Marco Túlio Lopes, sobre a possibilidade de o município celebrar convênio com o Poder Judiciário para implantação de Comissariado de Menores, o TCEMG aprovou, na sessão plenária do dia 12 de março, o voto do relator, Conselheiro Mauri Torres, esclarecendo não ser possível a assinatura do referido convênio para repasse de verbas destinadas ao pagamento de comissários de menores.

O relator justificou que “os comissários de menores são servidores do Judiciário por ele remunerados ou são voluntários por ele credenciados” e têm suas atividades subordinadas ao Juiz da Infância e da Juventude. Citando o entendimento do TCEMG já relatado na resposta à consulta de número 837566, aprovada na sessão plenária de 14 de setembro de 2011, Mauri Torres ressalta que não há qualquer vinculação dos comissários de menores com o Conselho Tutelar do Município, mantido e remunerado com verba municipal.

Ao fundamentar seu voto, o Conselheiro relator citou vários artigos, estudos e jurisprudências já existentes sobre o tema, destacando-se o de autoria do Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Promotoria da Criança e do Adolescente, Murillo José Di-

giácomo, publicado no site do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, intitulado “Agentes de Proteção da Infância e Juventude: necessidade de sua coexistência com o Conselho Tutelar”. Nesse artigo, o autor justamente aborda os vários questionamentos que surgiram a respeito da existência e atuação do comissário de menores, após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Conselheiro também citou a decisão do Conselho Nacional de Justiça, que tratou do exercício das funções dos comissários de menores, tanto por servidores efetivos dos Tribunais de Justiça estaduais, como por voluntários credenciados que “não podem receber qualquer remuneração pelas atividades”, e o estudo técnico elaborado pela Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas do TCEMG que, embora não tenha identificado decisões anteriores exatamente sobre questionamentos como os apresentados pelo Prefeito Marco Túlio Lopes, registrou os posicionamentos da Corte de Contas que abordaram o tema de forma indireta. Foram citadas, como exemplo, a Consulta 652.590, respondida pelo TCEMG em 12 de dezembro de 2001 e a 443.514, respondida em 16 de agosto de 2000, disponíveis para pesquisa pela internet, no endereço mapjurisweb.tce.mg.gov.br.



O Conselheiro Relator Mauri Torres opinou pela impossibilidade do pagamento de comissários de menores pelo município



A Presidente Adriene Andrade elogiou o trabalho dos servidores do TCEMG no recebimento das prestações de contas municipais

Prestações de contas de 97% dos municípios são entregues no prazo

A Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheira Adriene Andrade, anunciou, no dia 02 de abril, durante a sessão plenária, que 97% das prestações de contas municipais foram recebidas até a meia-noite do dia 31 de março, prazo-limite para a entrega da documentação. O Tribunal manteve, até este horário, uma equipe de plantão para facilitar aos órgãos e entidades o envio dos dados referentes ao exercício de 2013, via internet.

Foram recebidas, dentro do prazo, 1.049 prestações de contas, sendo 842 prestações de contas anuais de prefeitos e 208 de responsáveis por entidades previdenciárias do regime próprio do município. Até o dia 3 de abril, outras cinco prestações foram entregues fora do prazo, sendo quatro delas de chefes do Executivo, de forma que, até esta data, sete prefeitos ainda não haviam enviado suas prestações. No ano passado, 22 municípios estavam inadimplentes na data do fechamento do prazo.

A equipe técnica de plantão foi composta por servidores e trabalhadores de várias áreas. Da Diretoria de Controle Externo dos Municípios (DCEM), participou o titular Gustavo Vidigal Costa. Da Assessoria para o Desenvolvimento do Sistema de Apoio de Fiscalização Municipal (Sicom) par-

ticiparam Denise Maria Delgado, Maria Mônica Teixeira, Élcio Vasconcelos e Ana Maria Martins Frade. Da Diretoria de Tecnologia da Informação, Alcimar Bonomi, Gustavo Mendes, Bernardo Felizardo e Johnatan Carneiro. Além deles, funcionários de uma empresa contratada para operar o sistema que recebe os dados auxiliaram no atendimento: Thiago Miceli, César Ramon e Moisés.

O Tribunal de Contas vai deliberar em Plenário a aplicação das sanções previstas em lei para os jurisdicionados inadimplentes e para os que entregaram fora do prazo.

Confira a lista das prefeituras que não cumpriram a obrigação até a data-limite

- **Entrega intempestiva (enviaram após o fim do prazo):** Conquista, Indianópolis, Matias Cardoso e Rosário da Limeira.
- **Inadimplentes (não enviadas até 03/04/14):** Alagoa, Conselheiro Lafaiete, Coqueiral, Heliadora, Itambé do Mato Dentro, Januária e Patis.

Panorama

DECISÕES DAS CÂMARAS

Licitação em Araguari é anulada

A Primeira Câmara determinou, no dia 18 de março, a anulação do Pregão Presencial 102/2010, tipo menor preço, promovido pela Prefeitura Municipal de Araguari para aquisição de pneus, câmaras de ar, bicos e protetores para sua frota de veículos. A decisão acompanhou o voto do relator, Conselheiro Wanderley Ávila, com base nas ilegalidades constatadas no procedimento já suspenso pelo TCEMG em 19 de outubro de 2010 (Denúncia 838.482). Corridos os prazos de apresentação de documentos e defesa, o TCEMG concluiu que as irregularidades permaneceram e o atual prefeito deve anular definitivamente o pregão presencial.

Concurso em Riachinho é julgado irregular pela Segunda Câmara

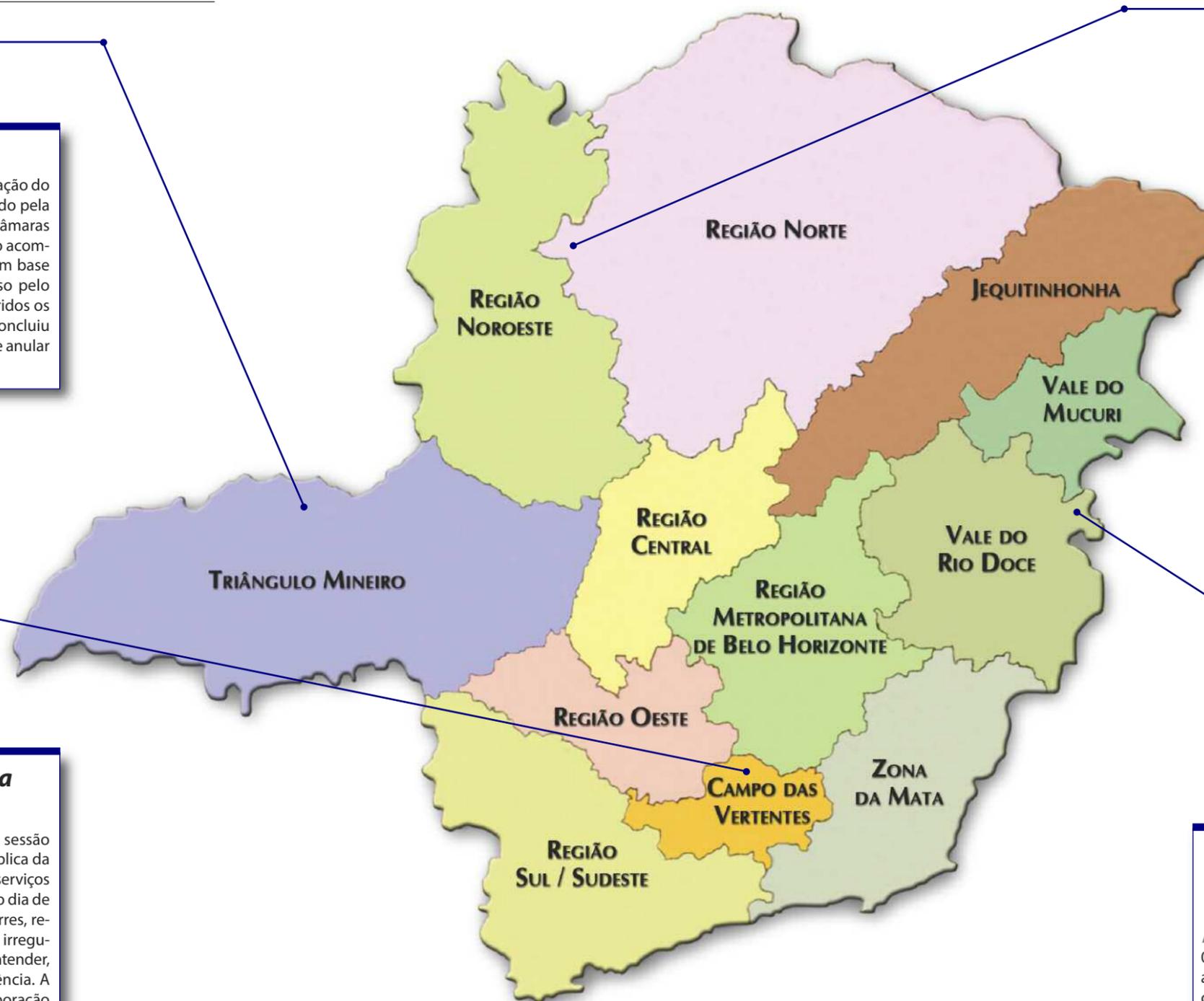
O Edital de Concurso Público nº 001/2013 (Processo 887.975), da Prefeitura de Riachinho, foi julgado irregular pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG). A seleção, realizada para ocupar cargos efetivos do Executivo Municipal que estavam vagos, foi homologada em dezembro do ano passado. Durante sessão da 2ª Câmara, do dia 10 de abril, o Conselheiro Cláudio Couto Terrão, relator da matéria, apresentou voto considerando irregulares: a restrição da forma de requerimento de isenção do pagamento da taxa de inscrição, a ausência de reserva de vaga aos candidatos portadores de necessidades especiais para os cargos de Assistente Administrativo e de Técnico em Enfermagem, e a pontuação excessiva atribuída à prova de títulos. Por tudo isso, o Tribunal multou o prefeito do município em R\$ 3 mil e determinou a observação da reserva de vagas para os portadores de necessidades especiais.

Concorrência para limpeza urbana é suspensa em São João del-Rei

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas referendou, na sessão do dia 03 de abril, a suspensão de uma concorrência pública da Prefeitura de São João del-Rei, Edital 01/2014, para contratar serviços de limpeza urbana. A decisão de paralisar a licitação, antes do dia de abertura das propostas (14/04), foi do Conselheiro Mauri Torres, relator do Processo (nº 912.206). O Conselheiro considerou as irregularidades apontadas pelos técnicos do Tribunal que, no seu entender, poderiam comprometer o caráter competitivo da concorrência. A análise concluiu que não foram cumpridas as regras de elaboração do projeto básico, composição dos preços unitários e orçamento. Como exemplo de indício de irregularidade nos preços unitários, os analistas citaram a diferença entre o preço médio da coleta de resíduos sólidos, que é de R\$ 87 por tonelada de lixo, e a cotação apresentada: R\$ 160,42 por tonelada.

Primeira Câmara suspende pregão em Nova Belém

A Primeira Câmara do TCEMG aprovou, na 6ª sessão ordinária, ocorrida no dia 18 de março, a suspensão do Pregão Presencial 018/2014, promovido pela Prefeitura Municipal de Nova Belém, para a aquisição de pneus, câmaras e protetores destinados à manutenção da frota de veículos e máquinas, durante o exercício de 2014. A decisão referendou o voto do relator, Conselheiro Sebastião Helvecio. A licitação fica suspensa, em caráter liminar, até que o Tribunal analise as irregularidades no edital apontadas pela Denúncia 912.190, dentre elas a exigência de que os pneus sejam de fabricação nacional com entrega imediata.



TCEMG recebe Balanço Geral do Estado

A Presidente do TCE, Conselheira Adriene Andrade, recebeu no dia 02/04 o Balanço Geral do Estado, referente ao exercício 2013. A documentação foi entregue pelo Secretário de Estado da Fazenda, Leonardo Maurício Colombini Lima; pelo Controlador-Geral do Estado, Plínio Salgado; pelo Subsecretário do Tesouro Estadual, Eduardo Antônio Codo; pelo Subcontrolador de Auditoria Controle de Gestão (SACG) da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, Eduardo Fagundes Fernandino, e pela Superintendente Central da Contadoria-Geral, Maria da Conceição Barros de Rezende. O relator das Contas do Governador será o Conselheiro José Alves Viana e o revisor do processo, o Conselheiro Sebastião Helvecio.

A entrega foi realizada dentro do prazo legal e, de acordo com a Constituição Estadual, o Tribunal de Contas tem 60 dias para emi-

tir o parecer prévio, que será encaminhado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), órgão responsável pelo julgamento das Contas do Governador.

Nos últimos anos, o TCEMG promoveu um avanço na forma de analisar as contas governamentais. Além da análise formal dos dados financeiros, patrimoniais, contábeis e da legalidade dos atos praticados pelo Executivo, são avaliados programas de governo estabelecidos e questões como a dívida do Estado com a União e a arrecadação estadual.

Entenda o processo

Para produzir o relatório técnico, o TCEMG possui uma equipe especializada na análise das Contas do Governador. A Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental faz um acompanhamento concomitante das contas no decorrer do exercício.

Após o recebimento do Balanço Geral do Estado, o relatório elaborado pela área técnica é encaminhado para os conselheiros relator e revisor. Além deles, um Conselheiro Substituto (Auditor) do TCEMG e um Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) também emitem seus pareceres. Os relatórios e os votos dos conselheiros revisor e relator constituem o processo que é levado ao Plenário para deliberação e emissão do Parecer Prévio do TCEMG.

TCEMG entrega prestação de contas anual

No dia 31/3, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais entregou a sua prestação de contas anual, referente ao exercício de 2013, para a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).



A Presidente Adriene Andrade recebeu o Balanço Geral do Estado das mãos do Secretário da Fazenda, Leonardo Colombini

Técnicos aperfeiçoam trabalho de monitorar obras públicas por coordenadas geográficas

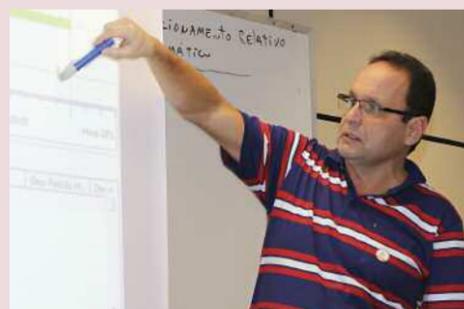
Realizar medidas e localizar pontos com precisão, a partir de coordenadas geográficas informadas pelos jurisdicionados, em toda extensão do Estado de Minas Gerais. Essa nova necessidade, que veio com a implantação do sistema Geo-Obras, foi abordada no segundo módulo do curso de aperfeiçoamento em Obras e Serviços de Engenharia, que aconteceu nos dias 26 a 28 de março, na Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, ministrado pelo Consultor em Agrimensura e Georreferenciamento, Eduardo Ribas.

Servidores da Coordenadoria de Fiscalização de obras, Serviços de Engenharia e Perícia e demais interessados no tema aprenderam sobre a técnica que consiste em tornar conhecidas as coordenadas num dado sistema de referência, permitindo aos analistas o processamento das informações com a realização de medidas de distâncias, comprimentos e áreas.

Segundo o Coordenador de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Perícia, Luiz Henrique Starling Lopes, "em suas rotinas de auditorias e inspeções, os analistas da Coordenadoria passarão a contar com aparelhos de GPS e máquinas fotográficas georreferenciadas para a realização de medidas de grandes

obras, como pavimentação, redes de esgoto, adutoras, dentre outras".

Nos dias 3 e 4 de abril, foram realizados exercícios práticos para os participantes do curso com o objetivo de melhor aproveitamento das informações.



O Consultor em Agrimensura e Georreferenciamento, Eduardo Ribas

Cursos de aperfeiçoamento da Escola de Contas

Outro tema trabalhado nos cursos de aperfeiçoamento em auditorias de obras e serviços de engenharia, oferecidos pela Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, foi *Parcerias Público-Privadas*. O curso aconteceu no período de 23 a 25 de abril.



TCEMG assina termo de cooperação em Brasília

A Conselheira Presidente Adriene Andrade, representando o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), e o Vice-Presidente Sebastião Helvecio, representando o Instituto Rui Barbosa (IRB), participaram da assinatura do *Termo de Cooperação – Meta 19 - Conjugação de Esforços para o Aperfeiçoamento e a Manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade* (CNCIAI). O termo foi assinado no dia 26 de março de 2014, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

O CNCIAI é um instrumento contido na meta 19 do Poder Judiciário, estabelecida pelo CNJ. Ele visa incrementar o volume de informações constantes no cadastro, para subsidiar a

instrução de pedidos de registro de candidatura na Justiça Eleitoral, relativamente à aferição dos requisitos de elegibilidade. O termo tem por objetivo conjugar esforços para o aperfeiçoamento e a manutenção do CNCIAI.

Na foto, a Presidente e Vice-Presidente do TCEMG estão à direita. Ao centro, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Joaquim Barbosa. Também presentes: Juiz Auditor Frederico Magno de Melo Veras; Conselheiro do CNJ, Gilberto Martins; Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão; Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro Augusto Ribeiro Nardes; o Presidente do Superior Tribunal Militar (STM) e o Ministro Raymundo Nonato de Cerqueira Filho.

Presidente do TCE e Ministro do Trabalho firmam acordo de cooperação

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) firmaram no dia 12 de março de 2014, em Brasília, o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2012, com o objetivo de auxiliar as ações de fiscalização do TCEMG.

O acordo de cooperação técnica, assinado pela Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, e pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, prevê o "acesso às informações constantes do banco de dados da Relação Anual de Informações (RAIS), mantidos pelo MTE, com finalidade exclusiva de utilização nas suas atividades institucionais".

O Acordo de Cooperação não acarreta ônus financeiro para nenhuma das duas instituições.



Extrapauta

TCE-PR visita TCEMG para conhecer sistema de PPPs



O servidor do TCEMG, Fernando Serra, os servidores do TCE-PR, Luiz Henrique de Barbosa Jorge e Luiz Bernardo Dias, a Coordenadora Aiko Ikemura, a Superintendente Cláudia Fusco e o Diretor Emídio Correia

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) recebeu na quinta-feira, 04 de abril, representantes do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) interessados em conhecer a experiência do TCEMG com o sistema de Parceria Público-Privadas (PPPs). A posição de destaque e os avanços já conquistados pelo TCEMG no trabalho de auditoria e fiscalização das PPPs motivaram a visita técnica dos paranaenses.

O Coordenador Geral e o Diretor de Fiscalização de Obras Públicas do TCE-PR, Luiz Bernardo Dias e Luiz Henrique de Barbosa Jorge, respectivamente, foram recebidos pela Superintendente de Controle Externo, Cláudia Costa de Araújo Fusco, pelo Diretor de Engenharia e Perícia, Emídio Correia Filho, pela Coordenadora de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, Maria Aparecida Aiko Ikemura, e pelo servidor Fernando Crosara Cavatoni Serra.

Durante a visita técnica, guiada pela Coordenadora Maria Aparecida Aiko, os paranaenses puderam conhecer os conceitos gerais de PPPs, as linhas gerais da unidade técnica, a metodologia de trabalho e a Instrução Normativa adotada pelo TCEMG. A ideia do TCE-PR é implantar na Corte de Contas paranaense o mesmo modelo de unidade técnica usado em Minas Gerais.

Artigo de procuradora integra obra sobre contratos administrativos

No dia 27 de março, foi lançado o livro "Contratos Administrativos: Estudos em Homenagem ao Professor Florivaldo Dutra de Araújo", da Editora Fórum. A Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, Cristina Andrade Melo, é coautora da obra junto a outros 14 especialistas. Ela assina o artigo "A Participação Popular nos Contratos Administrativos". Onofre Alves Batista Júnior, Sirlene Nunes Arêdes e Federico Nunes de Matos coordenaram a edição.

De acordo com informações da editora, o livro foi organizado para homenagear o Professor e Doutor Florivaldo Dutra de Araújo, que completa vinte anos de magistério na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A publicação é um compêndio de ensaios jurídicos produzidos por pesquisadores orientados por Florivaldo, no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG.

Como divulgou a Fórum, "foram selecionados ensaios acadêmicos envolvendo múltiplos aspectos da contratualidade administrativa, tais como: a aplicação da teoria geral dos contratos no âmbito dos contratos administrativos, a distinção entre contratos administrativos e contratos privados da Administração, microsistemas de contratação pública, o contrato administrativo como alternativo ao ato unilateral, os contratos de Parcerias Público-Privadas, a participação popular no âmbito dos contratos administrativos, meios alternativos de solução de controvérsias entre a Administração e o administrado, e outros aspectos".

"foram selecionados ensaios acadêmicos envolvendo múltiplos aspectos da contratualidade administrativa..."

Novo Presidente do IRB

Sebastião Helvecio define tribunais de contas como instrumentos da democracia

"Vou iniciar com uma declaração de amor à democracia."

Com essas palavras, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), Conselheiro Sebastião Helvecio, abriu seu discurso de posse na Presidência do Instituto Rui Barbosa (IRB), em solenidade ocorrida no dia 26 de março, no Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

O novo presidente do IRB afirmou que "não vê no modelo democrático instituição que possa ser mais sólida do que a dos tribunais de contas para dar fortalecimento à democracia. E nós temos a visão correta do que deve ser a capacitação dos TCs". Sebastião Helvecio defendeu o investimento no que ele chama de santíssima trindade do trabalho das cortes de contas: valorizar os controles internos, melhorar o controle externo e investir no controle social. "A partir desse triângulo teremos condições de sermos mais percebidos pela sociedade e, consequentemente, instrumentos da democracia", justificou.

O Conselheiro Sebastião Helvecio agradeceu à Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, cujo apoio foi fundamental para que ele assumisse esse compromisso à frente do IRB. "Lembro-me do carinho da Presidente, colocando todo o esforço do Tribunal mineiro para que essa minha caminhada fosse mais fácil e exitosa. Minha querida Presidente Adriene Andrade, se aqui estou é pelo coração e pela generosidade de Vossa Excelência", reconheceu o Conselheiro.

Sebastião Helvecio agradeceu ainda aos seus pares dos tribunais de contas do Brasil, à sua família, que o apoiou incondicionalmente apesar das constantes ausências do lar que o novo cargo exigirá, e concluiu dizendo que vai dedicar o seu trabalho à produção do conhecimento que, para ele, é a missão primordial do Instituto.

Em sua despedida, o ex-Presidente do IRB, Conselheiro do TCE-TO, Severiano Costandrade, ressaltou as suas realizações à frente do Instituto. Ele destacou um de seus legados que foi a capacitação de mais de 11 mil membros e servidores dos tribunais de contas do Brasil.

A nova diretoria do IRB tem mais dois representantes do TCE



de Minas. O Conselheiro Gilberto Diniz integra a nova diretoria do IRB como tesoureiro e o Conselheiro Substituto Hamilton Coelho é suplente do conselho.

Além da Presidente do TCEMG, Conselheira Adriene Andrade, estiveram presentes à solenidade, os conselheiros do TCEMG, Cláudio Terrão (Corregedor), Wanderley Ávila, José Alves Viana e Gilberto Diniz; os conselheiros substitutos Licurgo Mourão e Hamilton Coelho, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de MG, Glaydson Massaria; o Procurador Marcílio Barrenco; e as procuradoras Sara Meinberg e Elke Moura.

Atricon

A solenidade, conduzida pelo Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, marcou também a posse do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, Conselheiro Valdecir Pascoal, na Presidência da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a inauguração das novas instalações da Corte de Contas federal.

Compõem a nova Diretoria da Atricon pelo TCEMG o Conselheiro Cláudio Terrão e o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, na Diretoria de Controle Externo, e o Conselheiro Wanderley Ávila na Diretoria Administrativa.



Conselheiros, procuradores e servidores do TCEMG prestigiaram a posse de Sebastião Helvecio na Presidência do IRB



Os presidentes do TCU, do TCEMG e do IRB, Augusto Nardes, Adriene Andrade e Sebastião Helvecio

Tribunal repassa conhecimento sobre depreciação e reavaliação de bens patrimoniais

O Tribunal de Contas, por meio da Coordenadoria de Patrimônio, recebeu no dia 27/2 servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, interessados em conhecer a experiência do Tribunal com os trabalhos de *Reavaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais*, exigência da Secretaria do Tesouro Nacional e que faz parte do Novo Plano de Contas aplicado ao setor público (normas internacionais).

De acordo com a Coordenadora de Patrimônio, Denise Mariano



A equipe da Coordenadoria de Patrimônio do TCE, liderada por Denise Mariano (c), repassou conhecimentos aos servidores da Câmara de Belo Horizonte

de Paula, "com as novas exigências vislumbra-se uma contabilidade que reflita mais a realidade, sendo o seu enfoque eminentemente patrimonial".

Para a coordenadora, "reavaliar e depreciar os bens da administração pública é uma das tarefas impostas por essa nova contabilidade, que tem o objetivo de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e no suporte necessário para o controle social". De acordo com ela, o "Tribunal de Contas destaca-se por ser o pioneiro em introduzir essa atividade em seus processos de trabalho e, dada a importância da matéria, assim como a escassez de parâmetros que possam auxiliar os gestores públicos, vem exercendo função pedagógica junto a outras entidades que o têm procurado em busca de informações sobre a operacionalização dessa nova atividade".

O tema *Reavaliação e Depreciação de Bens Patrimoniais do setor público* foi tratado com enfoque nas *Técnicas de patrimonialização* pela Coordenadora de Patrimônio, Denise Mariano de Paula, na II Conferência de Controle Externo, no dia 20, às 13 e 16h30 e no dia 21 de março, às 11h e 15h, no estande do TCE, no Expominas.

Servidores do TCE conhecem o sistema de custos ABC do Banco Central

Com o objetivo de esclarecer questões sobre implantação do sistema de custos ABC, servidores do Tribunal de Contas se reuniram com servidores do Banco Central, no dia 26/3, na sede de representação do Banco em Belo Horizonte.

Segundo o Coordenador de Contabilidade do TCEMG, Geraldo Paulino da Silva, "os conhecimentos adquiridos serão de grande utilidade para a implantação do sistema e seu funcionamento no TCEMG, pelo Projeto Custos. O Banco Central é um caso concreto da implantação e utilização do sistema de custos ABC".

Na reunião, estiveram presentes integrantes do Projeto Custos, liderado pelo servidor Geraldo Paulino da Silva e dos Projetos *Quali* e *Custo-Benefício*, respectivamente liderados pelas servidoras Sandra Valle e Ana Beatriz.



Conselheiro Substituto Hamilton Coelho recebe medalha

O Conselheiro Substituto Hamilton Coelho foi agraciado com a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço no dia 23/03. O Conselheiro participou da cerimônia representando o Tribunal de Contas, no município localizado no Sul de Minas.



A medalha é destinada àqueles que se destacaram na disseminação, incentivo, apoio e divulgação das atividades relacionadas ao turismo, à preservação ecológica e ambiental, além do desenvolvimento socioeconômico e cultural de São Lourenço, de Minas Gerais e do Brasil.

Na solenidade, presidida pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia, foram assinados dois protocolos de intenções. Um para a criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Lourenço e o segundo para a realização de estudos para tombamento do Parque das Águas de São Lourenço. No evento, também foi aceso o Fogo Simbólico da Liberdade pela Polícia Militar e pela Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira e o descerramento da placa de inauguração de um relógio solar instalado na praça.

Além do conselheiro, foram agraciados desembargadores e deputados.



CRTCE 
CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O TCE

Você informado com qualidade e agilidade.

 **Canais de Atendimento**

Portal CRTCE: www.tce.mg.gov.br/falecomotce

Telefone: (31) 3348-2111

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo – Belo Horizonte

Minas Gerais/CEP: 30380-435

 **TCEMG**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Órgão de Controle, Transparência e Cidadania

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 - TEL.: (31) 3348-2111



www.tce.mg.gov.br